

SUBVERSÃO EM PERFORMANCE NA ESCOLA PÚBLICA E DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS CULTURAIS

Performance, subversion in public school, cultural policies and dialogues

Subversión en la performance en escuelas públicas y diálogos con políticas culturales

Teixeira¹, Thiago Camacho

  Thiago Camacho Teixeira¹

thiagocamacho@usp.br

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Brasil

Revista de Ensino em Artes, Moda e Design

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

ISSN: 2594-4630

Periodicidade: Bimestral

vol. 5, núm. 1, 2021

modaesociedade@gmail.com

Recepção: 18 Julho 2020

Aprovação: 30 Novembro 2020

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/255/2552111012/>

DOI: <https://doi.org/10.5965/25944630512021133>

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional, que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Resumo: Neste artigo, busquei relações entre a subversão em artes, na transgressão como elemento da performance, com aspectos das economias locais em cultura, no espaço da escola pública, onde sou professor. No percurso de meu doutorado, construo paralelos com alguns conceitos de política cultural no sistema econômico e político vigente, chamando a atenção crítica para a arte formatada nos ambientes de educação apenas como um produto restrito a dissimular ausências e carências, a falta de acesso às ampliações de percepções estéticas, que evocam para mim um embate contra a simples reproduzibilidade de sistemas artísticos. Benhamou, no texto *A economia da cultura*, fala em política cultural e pública de forma que estas possam construir pontes entre a arte, tomada como uma imanência completa e total do indivíduo e sua idiossincrasia – utopias pessoais, realidades internas, ontológicas e subjetivas –, e o sistema do qual o mercado faz parte, com seus efeitos monopolistas. Desse modo, podemos mostrar um pouco sobre como estabelecer essas relações entre arte crítica subversiva, de confronto ideológico, moral, institucional, burocrático, com as políticas culturais que podem revitalizar espaços, gerar economias locais, sociais, e a geração de receitas em contato com o aspecto de mercado, sem que este absorva totalmente o ato criativo, transformando-o num produto sem história, sem vida, “sem alma”, a não ser que esse seja o objetivo da produção artística em questão.

Palavras-chave: Performance, Escola pública, Políticas culturais.

Abstract: In this article, I looked for relationships between subversion in arts, transgression as an element of performance, and aspects of local economies in culture inside the public school space, where I am a teacher. In the course of my doctorate, I draw parallels with some concepts of cultural policy in the current economic and political system, doing critical attention to art formatted in educational environments only as a product restricted to concealing absences and needs, the lack of access to expansions. In the aesthetic perceptions, which evoke for me a struggle against the simple reproducibility of artistic systems, with the students, I question for everybody about it. Benhamou,

in the text *The economy of culture*, talks about cultural and public policy, so that they can build bridges between art, taken as a complete and total immanence of the individual and his idiosyncrasy - personal utopias, internal, ontological and subjective realities -, and the system of which the market is a part, with its monopolistic effects. In this way we can show a little about how to establish these relationships between subversive critical art, of ideological, moral, institutional, bureaucratic confrontation, with cultural policies that can revitalize spaces, generate local, social economies, and the generation of revenues in contact with the market aspect, without it totally absorbing the creative act, transforming it into a product without history, without life, “without soul”, unless that is the objective of the artistic production in question.

Keywords: Performance, Public school, Cultural policies.

Resumen: En este artículo, busco relaciones entre la subversión en las artes, la transgresión como un elemento de performance, con aspectos de las economías locales en la cultura, en el espacio público de la escuela. En mi curso de doctorado, hago paralelos con algunos conceptos de política cultural en el sistema económico y político actual, llamando la atención crítica sobre el arte formateado en entornos educativos como un producto restringido para ocultar ausencias y necesidades, falta de acceso a la expansión de percepciones estéticas, que evocan un beneficio contra la simple reproducibilidad de los sistemas artísticos. Benhamou, en el texto *Economía de la cultura*, habla sobre políticas públicas y culturales para que puedan construir puentes entre el arte, tomado como una inmanencia completa y total del individuo y su idiosincrasia (utopías personales, realidades internas, ontológicas y subjetivas) y el sistema que forma parte del mercado, con sus efectos de monopolio. De esta forma, podemos mostrar un poco sobre cómo establecer estas relaciones entre el arte crítico subversivo, de confrontación ideológica, moral, institucional y burocrática, con políticas culturales que pueden revitalizar espacios, generar economías locales, sociales y generar ingresos en contacto con el aspecto del mercado, sin absorber completamente el acto creativo, transformándolo en un producto sin historia, sin vida, sin alma, a menos que ese sea el objetivo de la producción artística en el campo.

Palabras clave: Performance, Escuela pública, Políticas culturales.

1 INTRODUÇÃO²

Em período de Pandemia mundial, como tragédia histórica do século XXI, algumas questões são discutidas com proeminência e até com perturbação. Questões que já eram relevantes e oportunas para o debate.

As diversas organizações sociais pelo mundo debatem um assunto comum: arte, cultura e educação, como promovê-las? Quais seus impactos? Quais suas relações com a produção geral e com o bem-estar de uma nação, um estado, uma cidade ou uma realidade local? Como permitir que um povo tenha acesso cada vez mais igualitário aos seus bens artísticos, culturais e educacionais, e como subsidiar eticamente e moralmente

esse acesso, tendo em vista o comprometimento dos orçamentos construídos por esse mesmo povo? O que se torna prioridade, e o que deve ser dispensado no momento?

Não discutiremos sobre a urgência da situação, nem sobre o que é mais importante comparativamente, nem tampouco direi o que deve ser feito. Fiz reflexões anteriores ao nosso cenário, para talvez, apenas talvez, apontar para associações e ações que possam ter algum impacto, que já tínhamos antes.

Neste texto, estas perguntas ficam mais ásperas quando, defronte às regras e funcionamento do sistema de mercados, há a percepção de ausência. Essa ausência e o seu consequente vazio caracterizam um furto de pertencimento, porque o que é construído e patrocinado coletivamente, com esforço plural, não pode ser apropriado por individualidades – nem tiranias particulares. Aqui aparece o Estado. Na sua concepção literal – de Estado nacional, quando República e quando Democracia. Quando devolve às pessoas os seus investimentos sob algumas formas, dentre elas, as dos direitos sociais e dos seus bens. Rebuscar essa presença, e o preenchimento de que nos demos por falta, é a experiência que teremos nestas reflexões.

2 DIREITOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E O SENTIDO DA REFLEXÃO DA PERFORMANCE

A partir das reflexões em torno da pesquisa qualitativa e de seus princípios, frente às minhas práticas como artista-educador, aponto para a consideração de que a experiência em si pode aparecer enquanto forma própria de produção. Com essa percepção, a que Oscar Jara Holliday me ajudou a atingir em *Para sistematizar experiências* (2006), ainda vem à tona a compreensão de que cada indivíduo tem a sua experiência nos campos socioculturais e também na sua subjetividade e imanência, seu campo sensorial próprio, o que significa dizer que além de ser influenciado pelo meio, por sua trajetória de vida em sociedade, pela tecitura contextual e política de que é proveniente, ele é também produtor de sua própria *imanência subjetiva* e ontológica. Esse grupo de influências sobre seu próprio modo de produção, de investigar e de saber conhecer e a premissa de que cada Ser social é um universo consubstanciam a possibilidade de sistematizar vivências no interior de suas próprias lógicas, transformando isso em autoexpressão, autoconsciência, idiosincrasia, utopias pessoais e/ou em produto, que pode ser capitalizado no sistema vigente e ser relacionado a esses modos de ser, de existir e de criar do indivíduo em relação ao sistema social, econômico e político em que reside.

Frente a essas considerações, utilizei a Performance como linguagem, porque ela tem potencial de imanência subjetiva e de vivência como pesquisa e ato criativo no espaço da cena contemporânea, e, também, porque um de seus elementos componentes, a subversão, chamou-me a atenção. Por que a Subversão? A performance nasceu na Modernidade e herdou dela a transgressão a aspectos morais, institucionais e até legais. Mas não só: a performance subverteu com o passar do tempo seus próprios sistemas artísticos, alterando a própria Estética da arte e do movimento no ato criativo, quando também foi absorvida pelo mercado.

Em minha pesquisa de doutorado, de título provisório “A arte da performance na escola pública: os sentidos da Subversão no ambiente escolar”, proponho reflexão e deflagração crítica acerca da realidade na educação pública: precariedade material advinda do baixo recurso, desvalorização radical de professores, insalubridade, violência, tráfico de drogas, abandono, falta de condições adequadas para o ensino-aprendizagem. São professores, diretores, funcionários, estudantes, comunidade escolar e local nos depoimentos da pesquisa: todos já sentiram ao menos uma vez a vontade de NÃO voltar mais à escola, com reclamações, insatisfações, medos, sensação de descaso e uma profunda reivindicação de melhorias. A sensação de que poucos querem estar na escola e a imagem de um espaço repressor, chato e enfadonho são um importante sintoma e diagnóstico para uma sociedade³.

Nessas identificações, encontro respaldo teórico nas referências de Marilena Chauí (CHAUÍ, 2016) quando chama a atenção para o fato de que a Democracia não é apenas um sistema eleitoral e a divisão de poderes pura e simplesmente. Para uma Democracia ser de fato plena é importante que haja a criação de direitos sociais que diminuam as distâncias abismáticas entre as desigualdades extremas na oposição privilégio x carências. A autora defende, assim, que a geração de oportunidades só é possível quando se pensa em apoio

social, que não pode ser regulado apenas pelo mercado, mas em uma relação dialógica com ele (CHAUÍ, 2016). A educação aparece, então, como um desses direitos. E ela é um direito porque é democrática, gratuita, de acesso, consequências e repercussão republicanos. A qualidade da educação há que ser buscada para a eficiência e efetividade dessas relações.

Marilena critica a estrutura do neoliberalismo porque no contexto operado por esse sistema há a separação entre as relações estabelecidas pelo mercado e pelo Estado. O neoliberalismo global tem suprimido direitos sociais, e, no Brasil, com o governo Bolsonaro, tem alargado o espaço privado, das arbitrariedades e das tiranias individuais, e encolhido o espaço público dos direitos. Dá-se então o vazio observado em pastas como Saúde, Educação e Cultura.

Os direitos sociais suspensos deixam de garantir a sobrevivência e o acesso de grande parte da população a melhores condições, inclusive na escola, que propiciariam mais emprego e geração de renda, receita e atributos que fortaleceriam a economia. No entanto, nesse efeito sistêmico, cada vez mais áspero, o Estado e o governo protegem apenas interesses particulares do espaço privado, deixando à margem em regime de privação grande parte da população. Esses direitos, pilares democráticos, são transformados em produtos e serviços que são comprados e vendidos no mercado, e o acesso fica cada vez mais circunscrito a essa relação, com enxugamento do incentivo público. Há então a manutenção de uma relação hierárquica entre proprietários que lucram e os não proprietários, dominados politicamente e explorados economicamente, especialmente no trabalho desvalorizado.

Este é o sentido da reflexão que a performance e seu elemento subversivo poderia, conforme acreditei, abordar no contexto da escola e das políticas públicas e culturais. Questionar aspectos burocráticos, morais, institucionais e políticos de que falávamos a partir das necessidades e reivindicações dos próprios estudantes, trabalhadores, famílias e comunidades.

3 AÇÕES CULTURAIS E PERFORMANCES COM OS ESTUDANTES

Na exposição cultural “Uma nova chance”, estudantes da Educação de Jovens e Adultos apresentam seus anseios e vontades com relação às profissões, para as quais lançam suas expectativas pós- formação (Figura 1). Apresentam sob a forma de expressão visual, mesmo com poucos recursos e materiais, mensagens e códigos que metaforizam suas pretensões de melhorias de vida, de projeção de desenvolvimento e de crescimento profissional. A experiência, que ocorreu na escola da rede municipal de São Paulo EMEF Otoniel Mota, trouxe à tona a criatividade de estudantes em desenvolvimento na escola pública, republicana e democrática, e uma emanção de esperança de integração na sociedade, de apreço ao investimento político e ao combate à exclusão daqueles que precisam de um emprego digno e de oportunidades educativas de mais qualidade. Seus desejos e vidas podem ser melhorados através da educação e do ato criativo, com apoio da sociedade e de seus sistemas.



FIGURA 1
Exposição cultural “Uma nova chance”, Escola Municipal Otoniel Mota
Arquivo pessoal do autor, 2019

Na Escola Estadual Professor Renato Braga, realizei a performance com a “máscara neutra” com os estudantes (Figuras 2, 3 e 4) tendo como referência o videoclipe de *Another Brick in the Wall (Part II)*, de Pink Floyd, ideia consubstanciada pelos próprios estudantes, que identificaram na “máscara neutra” uma forma visual de metaforizar a alienação, a identificação da manipulação proveniente de grupos políticos, econômicos e sociais que, muitas vezes, movem-nos de forma acrítica e inconscientes do poder e distantes das possibilidades de formação da arte, da cultura e da educação.

Os estudantes ocuparam os espaços das escolas reafirmando princípios republicanos e democráticos da escola pública, como uma necessidade e como um direito social, para dizerem “a escola pública é nossa” e para reagirem aos modelos de gestão e de política excludente que negam estes princípios por meio da alienação e da ideologia. Os estudantes querem mais políticas públicas e culturais para que possam ser e existir com suas opiniões e desejos sustentados, para consolidar suas expectativas com maiores condições, para se expressarem com mais acesso a materiais, espaços de ensino-aprendizagem, consubstanciando sujeição de seus próprios saberes e construções de conhecimentos decoloniais, com mais participação na criação e consolidação do próprio currículo como um espaço de disputas.

Para a formulação de seus próprios objetivos, de seus familiares e das comunidades locais, de acordo com as suas necessidades, requerem mais ações culturais que desenvolvam seus laços. Eles querem o sentimento de pertencimento no processo, por meio da elaboração do que precisam, com maior relação com o que fazem e com o que estudam, para que casos gritantes sejam impossibilitados, tais como os de sujeitos alienados ou até mesmo analfabetos ou analfabetos funcionais que chegam ao Ensino Médio sem condições adequadas para o exercício pleno da cidadania e da luta por mobilidade social. Querem desvendar poeticamente e praticamente o véu alienante e embaçado que encobre suas visões e percepções.



FIGURA 2

Performance com a “máscara neutra”, Escola Estadual Professor Renato Braga
Jared Mehmetof, estudante da escola, 2014



FIGURA 3

Performance com a “máscara neutra”, Escola Estadual Professor Renato Braga
Jared Mehmetof, estudante da escola, 2014



FIGURA 4

Performance com a “máscara neutra”, Escola Estadual Professor Renato Braga
Jared Mehmetof, estudante da escola, 2014

Durante a realização da reorganização escolar, quando Geraldo Alckmin, então governador do Estado de São Paulo, mandou fechar escolas estaduais, precarizando ainda mais as condições de ensino da população, realizei outra performance com estudantes e o grupo Desvio Coletivo, de que faço parte (Figura 5). A ocupação dos estudantes é contundente porque afirma, como dito anteriormente, direitos sociais que consolidam uma democracia, quando dizem: “Nós somos a escola”. A democracia, para ser plena, não se resume somente na divisão de poderes, ou no sistema livre eleitoral de partidos e na eleição promovida pela votação do povo. Uma democracia plena é também a criação e consolidação de direitos sociais, e isso acontece quando o povo percebe coletivamente a importância de não permitir disparidades e desigualdades abismáticas. Quando há empatia e consciência de que praticamente e concretamente o bem-estar de todos depende de relações harmônicas e pacíficas, desenvolvimentistas e sociais, há o esforço comum, porque todos entendem que dele há obtenção de resultados integrados.



FIGURA 5

Ação com os estudantes, Escola Estadual Maria José

Arquivo pessoal do grupo Desvio Coletivo e do autor, 2015-2016

Outra performance realizada na Escola Estadual Professor Renato Braga foi a que utilizou materiais didáticos propostos pelos poderes públicos nas secretarias de educação em São Paulo (Figuras 6 e 7): produção visual de algumas críticas e questionamentos que engrossam a crítica contra a alienação promovida por um material enfadonho, conteudista, descontextualizado na realidade precária de defasagem entre estudantes que chegam ao ensino médio sem saberem ler e interpretar.



FIGURA 6

Performance com utilização de material didático, Escola Estadual Professor Renato Braga

Arquivo pessoal do autor, 2014-2015



FIGURA 7

Performance com utilização de material didático, Escola Estadual Professor Renato Braga
Arquivo pessoal do autor, 2014-2015



FIGURA 8

Desenho “Lágrimas da periferia”

Brunna Cunha, 2014⁴

Já a performance “Passa por cima” (Figura 9) realizei em parceria com Gustavo Chams, associando-a ao seu projeto *Brazilian Spring*⁵. Na ação, os estudantes colam fotos suas na rua, no chão, fechando a passagem e forçando os transeuntes a pisarem em seus rostos no chão, metaforizando uma sociedade que passa por cima e pisa em cima de seus direitos. No decorrer da performance, os próprios estudantes deitam no chão, na Avenida Paulista, de modo que as pessoas tenham que ou desviar ou “pisar em seus corpos”.

Este é o texto de minha autoria lido no dia da performance:

VOCÊ PASSOU POR CIMA DE ALGUÉM HOJE?

Somos educadores, ou pensamos educação.

Quando o Estado nos disse que a democracia era a consolidação de direitos, nós acreditamos. Acreditamos na justiça de que todos teríamos garantias de dignidade, bem-estar e uma educação pública-gratuita e de qualidade.

Mas o que vimos foi que esta relação com o Estado era negligente, desproporcional nas partes que mais necessitávamos.

Perguntamos: Qual a procedência desses direitos? O Estado nos respondeu: Teus próprios bolsos.

Nós não desistimos. Começamos a pagar por aquilo que antes haviam dito que já era nosso e por aquilo que entendemos por direito. Fomos extorquidos pelos mais altos impostos. E neste cenário já sombrio, o Estado nos devolveu a anulação do voto democrático.

Devolveu-nos também os piores índices de carência na educação – alguns dos piores do Ocidente.

Quando resolvemos reivindicar pelos nossos direitos básicos, pelo direito de ESTUDARMOS, criticaram-nos como desordeiros. Os poderosos, donos desse mesmo Estado que nos extorquiou, estão blindados. Estes, são vistos como criadores de ordem. Nós, lutando por um futuro melhor: Desordeiros.

Fomos brutalmente oprimidos pela polícia, fomos tratados como a escória causadora dos problemas da sociedade.

A grande mídia nisso tudo tira o próprio rabo da reta para defender seus próprios interesses.

Estamos deitados no chão, porque lá fomos colocados por eles e por alguns de vocês.

Fomos pisados diariamente pelos que ignoraram o que se passou e deram suporte aos opressores. Passaram por cima de nossos rostos, de nossos corpos, de nossa história, de nossas memórias, e de nossos valores.

E você? Passou por cima?

Queremos sair daqui, mas não podemos sem a sua ajuda. Um por um, faça a diferença. (A ESCOLA PÚBLICA É NOSSA, 2017).

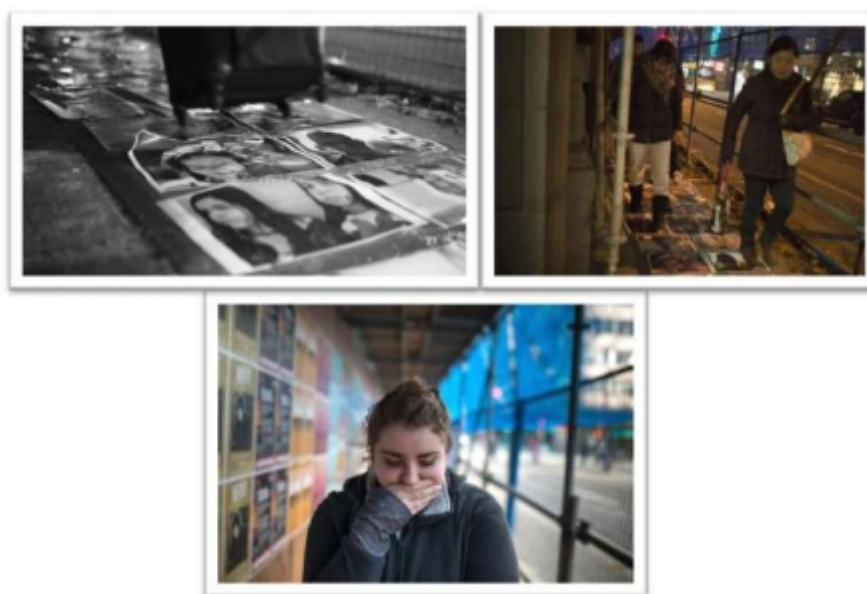


FIGURA 9
Performance “Passa por cima”, Avenida Paulista
Bruno Melero, Gustavo Chams, 2017

4 ESTADO, MERCADO E INVESTIMENTO CULTURAL

A partir do texto *A economia da cultura*, de Benhamou (2007), pude perceber ainda mais a importância e a urgência de conciliação dos programas públicos de Estado, das políticas públicas e culturais com o sistema de mercado, inerente à realidade sistêmica capitalista atual, porque as necessidades da população são urgentes, fazendo-se fundamental a criação e consolidação de pontes que estabeleçam a geração de recursos de subsistência, estabilidade econômica coletiva e geração de receita com o fortalecimento de economias locais

a partir destas atividades e ações. Promover direitos sociais que fomentem e desenvolvam recursos a partir dos mesmos, melhorando a vida das pessoas e propiciando suas atividades na escola, nos programas culturais e criativos em questão.

Algumas premissas que constroem as fundamentações dessas considerações no texto de Benhamou demonstram como as políticas da cultura podem revitalizar espaços gerando economia própria nos mesmos, alavancando relações de produção. Esse desenvolvimento precisa de equilíbrio entre programa público e liberdade econômica⁶. A autora baseia-se na ideia de que a livre concorrência nos mercados permite atingir o máximo de bem-estar coletivo, sendo que a intervenção pública ganha legitimidade para corrigir as falhas desse mercado. Nesse contexto, a importância do Estado se faria evidente porque permitiria corrigir tais disparidades produzidas pelo homem e/ou pela natureza. A partir daí, pode-se ter com maior vigor paradigmas de reflexão sobre o conflito entre espaço público e espaço privado.

Assim, podemos pensar, a partir de Benhamou, que o gasto público promove efeito multiplicador sobre a atividade econômica porque gera valores na organização e produção sociais, aparecendo então como investimento. Mais exatamente, investimento público para diminuir fatores de incerteza e para garantir que gerações futuras desfrutem de patrimônios conservados e enriquecidos.

O Estado dispõe de uma série de recursos em matéria de ações que dependem do grau de dependência do setor, das pressões internacionais ou da própria tradição, recursos que constituem algumas modalidades de intervenção dos poderes públicos:

- políticas de regulamentação: disciplinam o sistema dos preços ou o jogo da concorrência, promovendo assim o equilíbrio das contas, receitas, valor de produtos e gastos etc.;
- subvenções e taxas parafiscais: fundos de garantia que se transformam em empréstimos fiscais, por exemplo;
- mecenatos: incentivos privados.

Benhamou discorre também sobre alguns pontos controversos acerca da intervenção pública de Estado na economia e na cultura e apresenta algumas críticas feitas e alguns problemas:

- Estado grande, forte – corrupto;
- ineficiência das instituições e regulamentações nas relações com o mercado;
- não é porque o mercado falha que se deve recorrer ao Estado com um mecanismo ainda menos eficiente;
- superavaliação de efeitos externos positivos e má redistribuição;
- rendas e excesso de proteção;
- instituições culturais como monopólios no seu segmento de mercado, fixando preços abusivos;
- restrição à exportação de obras;
- burocratização das instituições e desvio das rotas de orçamento.

Inúmeras experiências demonstraram ao longo dos períodos o benefício de se investir em arte e cultura para a geração de receita:

- Rudolph Giuliani, prefeito de New York entre 1994 e 2001, concedeu bolsas a instituições culturais e convenceu os contribuintes da legitimidade desses gastos com um estudo de uma receita e impacto econômico de 55 bilhões na aglomeração nova-iorquina, incluindo transportes, hotéis, restaurantes e lazeres;
- festas culturais no Brasil, como o carnaval e a Parada LGBTQI+. O Estado investe pelo retorno expressivo em receitas e benefício social econômico;
- o relatório de 1983 da Port Authority (distrito portuário biestatal) calculou a importância basilar das artes para a cidade de New Jersey. O investimento cultural gera fluxos de renda multiplicados.

5 EXEMPLOS DE PROJETOS E PROGRAMAS PÚBLICOS EM POLÍTICAS CULTURAIS

Pensando no aprofundamento das reflexões sobre políticas culturais e programas públicos que têm o potencial de revitalizar espaços, fomentar cultura, movimentar a geração de insumos, recursos locais e

mais amplamente até resultar em receitas, entrevemos possibilidades de transformar as escolas em polos de educação e empreendedorismo, inclusive em artes. Selecionei, então, como exemplos, projetos e programas públicos em políticas culturais que já acontecem e ampliam esses campos de possibilidades. Os mesmos são gerações das oportunidades de que falamos.

5.1 Projeto Guri

Mantido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, o Projeto Guri é considerado o maior programa sociocultural brasileiro e oferece, nos períodos de contraturno escolar, cursos de iniciação musical, luteria, canto coral, tecnologia em música, instrumentos de cordas dedilhadas, cordas friccionadas, sopros, teclados e percussão, para crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos.

Mais de 50 mil alunos são atendidos por ano, em quase 400 polos de ensino, distribuídos por todo o estado de São Paulo. Os quase 340 polos localizados no interior e litoral, incluindo os polos da Fundação CASA, são administrados pela Sustenidos, enquanto o controle dos polos da capital paulista e Grande São Paulo fica por conta de outra organização social.

A gestão compartilhada do Projeto Guri atende a uma resolução da Secretaria que regulamenta parcerias entre o governo e pessoas jurídicas de direito privado para ações na área cultural. Desde seu início, em 1995, o Projeto já atendeu cerca de 770 mil jovens na Grande São Paulo, interior e litoral. (QUEM, 2014). (Figura 10).

5.2 Sustenidos – Organização Social de Cultura

Eleita a Melhor ONG de Cultura de 2018, a Sustenidos administra o Projeto Guri. Desde 2004, é responsável pela gestão do programa no litoral e no interior do estado de São Paulo, incluindo os polos da Fundação CASA. Além do Governo de São Paulo, a Sustenidos conta com o apoio de prefeituras, organizações sociais, empresas e pessoas físicas. Instituições interessadas em investir na Sustenidos, contribuindo para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, têm incentivo fiscal da Lei Rouanet e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD). Pessoas físicas também podem ajudar. [...]. (QUEM, 2014). (Figura 10).



FIGURA 10
Alunos atendidos pelo Projeto Guri
G1 SANTOS (2019)

5.3 Dentro do Projeto Teia, o exemplo da Cidade Tiradentes (pode ou não ter a ver com empreendedorismo em cultura)

A Prefeitura de São Paulo abriu em 4 de novembro de 2019 o segundo Teia, espaço colaborativo de trabalho da Ade Sampa, agência vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, onde os empreendedores contarão com um espaço, totalmente gratuito, para trabalhar com acesso a computadores, internet, impressora, sala de reunião, mentorias, palestras, oficinas e estímulo à formação de rede de contatos.

O Teia Cidade Tiradentes tem capacidade para 30 pessoas e está instalado dentro do CFCCT – Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, equipamento da Fundação Paulistana, localizado no extremo leste da cidade.

“Cidade Tiradentes é uma das regiões onde o número de empregos por habitante é muito baixo, por outro lado a quantidade de empreendedores é bastante relevante. Por isso, estamos investindo fortemente nesta região no apoio a novos negócios, com cursos, oficinas e agora com um espaço onde as pessoas poderão utilizar como escritório, recebendo clientes e ampliando o networking”, explica a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

Esse é o segundo Teia, que deverá contar até o final do ano com outras duas unidades, uma na região sul e outra no centro. “Respeitar a vocação local é fundamental, por isso este Teia terá ações voltadas especialmente para o setor da moda, já que o CFCCT conta com curso de corte e costura e mais de 400 pessoas já se qualificaram nesse setor”, destaca o presidente da Ade Sampa, Frederico Celentano.

A primeira atividade de qualificação que a Ade Sampa irá realizar no Teia Cidade Tiradentes é o Fábrica de Negócios, que apoia quem está dando os primeiros passos em sua jornada empreendedora. A programação, que terá início no dia 11 de novembro, é composta por workshops, oficinas, palestras e mentorias especializadas para os mais diferentes tipos de empreendedores.

Para executar a gestão do espaço, a Ade Sampa lançou um edital para a contratação de uma organização de base territorial. A Empreende Aí, associação vencedora do edital, será responsável pela gestão do espaço pelo período de 12 meses, além de desenvolver um cronograma de atividades abertas ao público.

No último dia 31 de outubro, os empreendedores de Cidade Tiradentes participaram de uma capacitação voltada às redes sociais realizada pelo Facebook, em parceria com a CUFA – Central Única das Favelas e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. “A Fundação Paulistana já promove diversas ações de qualificação no CFCCT. O Teia chega para ser o ponto de encontro dos empreendedores da região”, afirma Aline Cardoso. (RODRIGUES, 2019). (Figura 11).



FIGURA 11
Reunião de empreendedores em espaço do Teia
RODRIGUES (2019)

5.4 Programa Vocacional – Prefeitura de São Paulo

O Programa Vocacional, existente na cidade de São Paulo desde 2001, tem como objetivo a instauração de processos criativos emancipatórios por meio de práticas artístico-pedagógicas. Nesse contexto, abrem possibilidades de o indivíduo se tornar sujeito de seus próprios atos e seus próprios percursos. Para tanto, essas práticas artístico-pedagógicas buscam a apropriação dos meios e dos modos de produção ao instaurar novas formas de convivência, territórios de aprendizado e de transformação mútua.

O Programa Vocacional é aberto para maiores de 14 anos.

Com uma equipe de artistas articuladores e artistas orientadores de Teatro, Música, Dança, Artes Visuais e Literatura (selecionados por meio de edital público), o Programa Vocacional atua preferencialmente em equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Educação. (PROGRAMA, 2015). (Figura 12).



FIGURA 12
Atividade do Programa Vocacional em frente à Galeria Olido
PROGRAMA (2015)

5.5 Projeto Anjos do Esporte

Anjos do Esporte é um projeto social realizado por André Brazolin, ex-atleta Profissional de Basquete que atuou na seleção brasileira. O objetivo é ajudar pessoas carentes de diferentes comunidades. Iniciou os trabalhos em Minas Gerais e, de lá para cá, já apoiou na recuperação de detentos e crianças carentes em áreas como Paraisópolis e na Cracolândia, em São Paulo, utilizando o esporte como meio de integração social e ajuda ao próximo. (ANJOS, 2018). (Figura 13).



FIGURA 13
Cartaz do Projeto Anjos do Esporte
ANJOS (2018)

6 CONCLUSÃO

Ao longo destas reflexões, percebemos algumas nuances do conflito entre espaço público e espaço privado, não somente nos aspectos dicotômico simplista e dual, ou partidário político-ideológico, embora eles estejam presentes, mas como uma possibilidade de conciliação entre aspectos múltiplos construídos nestes âmbitos, aparentemente opostos.

A importância dessa discussão se evidencia em tempos de Pandemia, quando as questões ficam mais ásperas e necessárias.

Na perspectiva de redes plurais de cooperação, em busca de resultados práticos nas vidas de algumas populações ou de algumas pessoas, mais do que polarizações, desejei dissuadir divisórias, sem que estes lugares se diluíssem, uma vez vista a possibilidade de interagirem, conversarem, e, como dito, cooperarem, ainda mais quando se observa uma tragédia que marca o século.

São muitos os ganhos sociais quando Estado e Mercado dialogam pensando em atender interesses comuns, em busca da apropriação de resultados lucrativos para ambos, não somente no sentido monetário: mais que isso, há que se pensar em desenvolvimento comunitário para uma Economia fortalecida de que possam usufruir. Arte, Cultura e Educação podem com promissora potencialidade proporcionar essa geração rica de recursos que os investimentos em políticas públicas e políticas culturais impulsionam. Não como prioridades, mas como alavancas. Na lógica da via de mão-dupla e da correção de disparidades, os mercados que investem em uma sociedade desenvolvem-na capazes de fortalecer coletivamente os seus retornos. Essa troca que sempre se dá no nível comum do bem-estar social é a harmonia de que gozam alguns lugares do mundo, menos instáveis, que perceberam nesta fórmula uma tentativa desenvolvimentista e social, um jeito mais humano e mais possibilitador de experiências integradas e de superação.

Conhecemos, ainda que superficialmente, projetos fomentados por esses investimentos de Estado, que mudaram e mudam radicalmente a vida de muitas pessoas e jovens, que outrora estavam totalmente abandonados na precariedade, sem muitas opções de acesso às atividades eletivas do espírito humano, estas mesmas que despertam os seres para o desenvolvimento, para as ações e construções inovadoras e geradoras de mais recursos locais, para os atos criativos e identitários e para as expressões plurais de um povo. As descrições colhidas dos projetos realizados, e em realização sob algumas circunstâncias e dependências, são uma pequena amostra das diferenças feitas na vida de pessoas e de comunidades locais a partir desse olhar que preconiza e possibilita as parcerias. Construir pontes pode parecer trivial e recorrente, um discurso simples que nos casos apresentados funciona. Tem impacto, apoia e impulsiona, gerando bens e recursos tanto locais quanto para a própria sociedade como um todo.

Ações urgentes podem salvar realidades específicas. As utopias pessoais e idiosincrasias que nascem da imanência e da subjetividade ao estarem e existirem no mundo, em meios reais concretos, coletivos e sociais, podem se desenvolver em contextos que fornecem progressivamente mais possibilidades, entre elas as possibilidades materiais que subsidiam as produções, realizações e acontecimentos práticos. A existência destes jovens, destas pessoas, depende disso⁷.

REFERÊNCIAS

- A ESCOLA PÚBLICA É NOSSA. Hoje, dia 31 de Março de 2014 [...]. São Paulo, 31 mar. 2014. Facebook: ProfessorThiagoCamacho. Disponível em: <https://www.facebook.com/ProfessorThiagoCamacho/photos/a.455456264585172/456117827852349>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- A ESCOLA PÚBLICA É NOSSA. VOCÊ PASSOU POR CIMA DE ALGUÉM HOJE?. São Paulo, 28 de abril de 2017. Facebook: ProfessorThiagoCamacho. Disponível em: <https://www.facebook.com/ProfessorThiagoCamacho/posts/1024977670966359>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- ANJOS do Esporte. LS Nogueira, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.lsnogueira.com.br/projeto/anjos-do-esporte>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- BENHAMOU, Françoise. A economia da cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados. Revista Cult, n. 209, fev. 2016. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-por-todos-os-lados/#respond>. Acesso em: 20 jul. 2017.

- G1 SANTOS. Projeto Guri tem mais de 300 vagas na Baixada Santista e Vale do Ribeira. G1, Santos, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/06/25/projeto-guri-tem-mais-de-300-vagas-na-baixada-santista-e-vale-do-ribeira.ghtml>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- QUEM somos. Projeto Guri, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.projetoguri.org.br/quem-somos>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- RODRIGUES, Damaris. Teia, coworking gratuito da Prefeitura de São Paulo, inicia as atividades nesta segunda (4), em Cidade Tiradentes. Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/noticias/?p=287342>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- TEIXEIRA, Thiago Camacho. A arte da performance na escola pública: estudo de casos sobre os sentidos da subversão no universo escolar. Orientador: Marcelo Denny de Toledo Leite. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- TEIXEIRA, Thiago Camacho. Subversão em performanc e na escola pública e diálogos com as políticas culturais. In: SENHORAS, Elói Martins (org.). As políticas públicas frente à transformação da sociedade 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 34-48.

NOTAS

- 1 Doutorando e mestre em Artes Cênicas pela ECA-USP. Graduado em Arte-Teatro pela UNESP. Licenciado em Letras - Português, Inglês e Literatura pela UNIP. É ator, performer, professor de artes, teatro, literaturas e línguas e membro do grupo de teatro e performance Desvio Coletivo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2862772073228990> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9890-577X> | E-mail: thiagocamacho@usp.br.
- 2 O artigo é uma reprodução de outro artigo do autor (TEIXEIRA, 2020), também intitulado “Subversão em performance na escola pública e diálogos com as políticas culturais”, com pequenas modificações e acréscimo de um item (Exemplos de projetos e programas públicos em políticas culturais).
- 3 Tais relatos e experiências podem ser encontrados na página do Facebook “A Escola Pública é NOSSA” (<https://www.facebook.com/ProfessorThiagoCamacho>), de minha autoria junto aos estudantes, a partir dessas experiências cênicas e performativas.
- 4 Desenho produzido pela estudante do ensino médio Brunna Cunha, uma produção sensível sobre a vivência nas escolas dessa região da cidade.
- 5 Projeto desenvolvido na faculdade Visual College of Art and Design, VCAD, em Vancouver, Canadá, onde Gustavo graduou-se em Design e Artes Visuais.
- 6 Algumas dessas premissas apontadas por Benhamouresgam o entendimento de base da economia de Pareto. O princípio de Pareto advém da observação natural de Vilfredo Pareto de que apenas poucas vagens em seu jardim produziam a maioria das ervilhas. Conhecida como regra do 80/20, demonstra que 80% dos efeitos vêm de 20% das causas. Pareto desenvolveu tais conceitos observando que este padrão se repete na natureza e na vida social, no contexto da distribuição de renda e riqueza entre a população. Ele mostrou, por exemplo, que 80% das riquezas na Itália pertenciam a 20% da população. Pesquisou sobre outros países e percebeu surpreso que uma distribuição semelhante acontecia.
- 7 Texto revisado pelo autor, licenciado em Letras - Português, Inglês e Literatura (UNIP, 2009). E-mail: thiagocamacho@usp.br. Revisão técnica: Samuel Estevão Vieira da Silva, mestrando em Filosofia (UFSCar) e graduado em Ciências Sociais (UNESP). E-mail: samuelestevaovs@gmail.com.